

# Muita conversa para nada

Dentro de oito dias, o Congresso Nacional entra em recesso. Lutando contra o relógio, o senador Nélson Carneiro, presidente do Senado e do Poder Legislativo, deseja nesta semana encontrar consenso entre as classes produtoras (basicamente representadas nesta emergência pela Fiesp), os trabalhadores (CUT e CGT), o Congresso Nacional e o Executivo para que se possa pôr em prática plano de governo que impeça a chegada da hiperinflação. Durante meses tentou-se articular, pôr iniciativa do Executivo, um pacto social; as iniciativas deram em nada por falta de confiança recíproca entre os convividos para tão nobre tarefa. Agora, quando o exemplo argentino parece ter despertado temores que aparentemente não tínhamos, todos correm para ver se é possível evitar que o Brasil seja palco de graves incidentes. À margem, como nas representações das antigas tragédias, o ministro da Justiça dá o tom das preocupações: se houver hiperinflação não haverá instituições.

Está-se, pois, diante de situação realmente dramática, agravada pelo prazo para o acordo de apenas oito dias, e por não se vislumbrar a menor possibilidade de chegar-se a consenso. As dificuldades começam na forma: o deputado Delfim Netto, convocado como presidente do PDS e antigo ministro da Fazenda a participar do último esforço concentrado pré-recesso, sustenta com razão que iniciativas dessa natureza ou têm início no Executivo, que afinal é quem terá de executar aquilo que for acordado, ou não merecem crédito. A Fiesp, por sua vez, não acredita no Executivo — ou se quisermos ser menos drásticos, parte do pressuposto de que apenas o aval antecipado do Congresso a um conjunto de medidas poderá

permitir que elas sejam postas em prática. O senador Ronan Tito adianta-se a todos e sugere que o Executivo nomeie um superministro da Economia, oriundo do Congresso, incumbido de fiscalizar a execução do plano que for concertado. O deputado Ibsen Pinheiro só acredita em pactos que venham do Executivo, e no Congresso erguem-se vozes contra a proposta do sr. Ronan Tito, pois o sistema de governo é presidencialista! A CGT e a CUT aguardam sua vez, mas o sr. Jair Meneguelli já disse que não participará de coisa alguma. Em oito dias, o senador Nélson Carneiro deverá conciliar tudo isso para que se possa dizer que existe a possibilidade de fazer-se um pacto antiinflação. Tudo isso e mais alguma coisa, possivelmente menor diante dessa babel formal em que se transformou a discussão: o que se dirá no acordo.

A gravidade da situação pode medir-se por dois fatos. O primeiro, é o acordo tácito que une neste momento os srs. Delfim Netto (PDS), José Serra (PSDB), Cesar Maia (PDT) e Francisco Dornelles (PFL) em torno de algumas idéias centrais a respeito do que deve ser feito. O fato de esses ilustres economistas, todos eles com larga experiência pública, terem esquecido as divergências partidárias (e supõe-se doutrinárias) para acordar que é preciso fazer isto e aquilo, é sinal de que a crise está na iminência de atingir seu ponto de não-retorno. O outro fato é o silêncio do Planalto. Na Seplan, ao que parece, esboça-se movimento para colher opiniões dos economistas da oposição no Congresso. O presidente Sarney, no entanto, permanece calado no tocante ao principal. Talvez aguarde que o Congresso se decida por uma política ortodoxa para então dizer que está disposto a execu-

tá-la, se a Constituição lhe permitir fazê-lo...

Na verdade, todos os atores deste drama têm razão. Pior do que tudo, quem tem mais razão é o ministro da Justiça nos seus "apartes". Se a hiperinflação vier, será difícil prever se a comoção social ficará restrita aos espetáculos que a Argentina nos ensinou, ou se tenderá a avançar mais. A Fiesp tem razão porque sabe que sem o apoio do Congresso nada se fará. Os deputados economistas — os "quatro mosqueteiros" da racionalidade econômica — têm razão, pois sem que o presidente Sarney se disponha a assinar todos os decretos administrativos que o tornarão figura parecida com a de Joaquim Murtinho no governo Campos Salles, plano nenhum de combate à inflação será aplicado. A CUT e a CGT também têm razão na sua desconfiança, pois nada vêm de sério que lhes permita acenar aos trabalhadores com dias melhores. O senador Ronan Tito, por sua vez, joga num parlamentarismo sem responsabilidade do Congresso, e também tem razão do ponto de vista daqueles que querem assumir o poder sem o desgaste inerente às grandes decisões.

Porque todos têm razão, ninguém se entende. Dentro de oito dias, portanto, o Congresso entrará em recesso — e, até 1º de agosto, o presidente José Sarney terá tempo de editar quantas Medidas Provisórias quiser. Uma, porém, s.ex.a. não conseguirá publicar: aquela que restabelecerá a confiança da população no Executivo e no Congresso Nacional. É essa falta de confiança que, no fundo, condiciona toda a evolução do processo — e da crise — institucional.